

Processo de paz

Aldo Ajello apresenta proposta de recalendarização

A.1.4

2/

O Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Moçambique, Dr. Aldo Ajello, apresentou ontem, em Maputo, às delegações do Governo e da Renamo na Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) uma proposta de recalendarização das diversas etapas de implementação do Acordo Geral de Paz. A referida proposta, a ser aprovada pelas partes, vai permitir o início do processo de acantonamento das tropas em Outubro próximo e a realização das eleições gerais dentro do tempo previsto, conforme considerou o chefe da equipa da ONUMOZ.

Após a apresentação da proposta, facto que ocorreu no decurso de uma reunião tripartida envolvendo a missão das Nações Unidas para a supervisão do processo de paz em Moçambique (ONUMOZ), o Governo e a Renamo, as partes iniciaram, ainda ontem, o estudo minucioso do documento considerado de extremamente complexo mas realístico, esperando-se a apresentação das conclusões e a assinatura de um eventual acordo no encontro programado para esta manhã.

A este propósito, o Representante Especial de Boutros Ghali manifestou-se esperançado em relação à obtenção de um acordo no encontro de hoje, a avaliar pelas primeiras reacções das partes após a apresentação do documento. Este facto foi referido pelos chefes das delegações governamental e da Renamo na CSC, nomeadamente Armando Guebuza e Raul Domingos, os quais assinalaram que a nova proposta não traz alterações de fundo.

Por exemplo, o Ministro Guebuza, negociador-chefe do Governo, disse que, de uma forma geral, a proposta de

recalendarização, tal como foi apresentada, não parece que possa apresentar grandes problemas. Contudo, ele referiu que trata-se de uma proposta que "vimos pela primeira vez e, por conseguinte, precisamos de ver se os nossos pontos de vista foram tomados em consideração e se podem encontrar formas de concordar com o que lá está".

Por seu turno, Raul Domingos, depois de considerar que é difícil afirmar que a sua organização concorda ou não com a proposta ontem apresentada, disse que nela não existem alterações de fundo, sendo apenas uma questão de tempo em que cada uma das acções deverá se realizar. Acrescentou ser muito provável que a Renamo concorde com a recalendarização apresentada pelo Dr. Aldo Ajello, porquanto, segundo afirmou, ela comporta todos os aspectos de implementação do Acordo Geral de Paz.

O calendário revisto e agora apresentado pelo Representante Especial de Boutros Ghali às delegações do Governo e da Renamo na Comissão de Supervisão e

feito depender a sua participação a uma série de requisitos.

Por seu turno, o movimento de Afonso Dhlakama, através de um comunicado ontem distribuído aos órgãos de comunicação social, considera que o Conselho de Segurança agiu em sintonia com as informações fornecidas pelo Representante Especial do Secretário-Geral, Governo e outras fontes que não a Renamo. "Por esta razão considera inaceitáveis as tentativas de se acrescentarem condições ao processo de paz, em particular, ao acantonamento e à desmobilização de tropas e bem assim de ganhar tempo ou obter mais concessões".

Ainda no mesmo documento, a Renamo nega que tenha apresentado pré-condições para o acantonamento e a desmobilização, acrescentando que, pelo contrário, deseja que se cumpra o preceituado no Acordo Geral de Paz "pois pretende uma desmobilização segura que garanta o fim da guerra em Moçambique".

Isto contrasta com as recentes declarações de Afonso Dhlakama, segundo as quais a desmobilização dos seus homens está condicionada à extinção dos chamados exércitos privados que sempre lutaram contra o seu movimento durante a guerra.

Entretanto, na reunião tripartida de ontem, para além da questão da recalendarização das diversas etapas de implementação do Acordo Geral de Paz, foi apresentado um documento relativo aos procedimentos que devem ser adoptados no caso de acontecer uma violação e sobretudo do movimento de tropas ou de forças a partir de 4 de Outubro do ano passado.

Sobre este último ponto, o Ministro dos Transportes e Comunicações e negociador-chefe do Governo, Armando Guebuza, disse ser da concordância do executivo moçambicano, das Nações Unidas e dos restantes membros da Comissão de Supervisão e Controlo, esperando-se apenas a reacção da Renamo.